



**PLANO DE  
DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL DE TÁBUA  
2010 - 2013**

<b>Índice</b>	<b>pág.</b>
<b>1. Rede Social – Enquadramento -----</b>	<b>3</b>
<b>2. Tipificação das situações de exclusão em Portugal: -----</b> <b>Tábua no contexto nacional</b>	<b>4</b>
<b>3. Plano de Desenvolvimento Social – abordagem conceptual -----</b>	<b>6</b>
<b>4. Convergência dos Planos Nacionais com o PDS -----</b>	<b>7</b>
<b>5. Balanço da Execução do Plano de Desenvolvimento Social 2002-2005 ----</b>	<b>15</b>
<b>6. Do Diagnóstico Social 2010 ao PDS: Definição de problemas prioritários</b>	<b>22</b>
<b>6.1. Problemas principais elencados por área temática -----</b>	<b>22</b>
<b>6.2. Definição de Problemas Prioritários -----</b>	<b>25</b>
<b>7. Plano de Desenvolvimento Social 2010-2013 -----</b>	<b>26</b>
<b>Eixo de intervenção I – Reabilitação urbana e qualificação das respostas</b> <b>Habitacionais -----</b>	<b>28</b>
<b>Eixo de intervenção II – Infância e Juventude -----</b>	<b>30</b>
<b>Eixo de intervenção III – Família e comunidade -----</b>	<b>32</b>
<b>Eixo de intervenção VI – Terceira idade -----</b>	<b>34</b>
<b>Eixo de intervenção V – Educação, formação e qualificação -----</b>	<b>36</b>
<b>Eixo de intervenção VI – Inclusão de grupos específicos -----</b>	<b>42</b>
<b>Eixo de intervenção VII – Promoção da saúde -----</b>	<b>50</b>
<b>8. Avaliação -----</b>	<b>56</b>
<b>9. Legislação -----</b>	<b>57</b>
<b>10. Bibliografia -----</b>	<b>58</b>

### ***1. Rede Social – Breve Enquadramento***

A Resolução do Conselho de Ministros 197/97, de 18 de Novembro, veio criar o Programa Rede Social, tendo o Concelho de Tábua sido um dos 41 seleccionados, a nível nacional, para integrar a fase experimental. Assim, em Janeiro de 2000 foi constituído o Conselho Local de Acção Social, actualmente composto por 40 parceiros, órgão deliberativo, cuja função principal é a de articular e congregar esforços, no sentido de planear medidas e acções concretas que promovam o desenvolvimento social local. A par deste órgão, foi criado o Núcleo Executivo, composto por uma equipa multidisciplinar, ao qual compete executar as deliberações proferidas pelo CLAS.

O Decreto-lei 115/2006, de 14 de Junho vem consagrar os princípios, finalidades e objectivos da rede social, bem como a constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos. Assim, pretende-se com este programa “constituir um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas, actuando nos mesmos territórios, baseada na igualdade entre os parceiros, no respeito pelo conhecimento, pela identidade, potencialidades e valores intrínsecos de cada um, na partilha, na participação e na colaboração, com vista à consensualização de objectivos, à concertação das acções desenvolvidas pelos diferentes agentes locais e à optimização dos recursos endógenos e exógenos ao território.”

Neste âmbito, o Conselho Local de Acção Social tem vindo a produzir documentos estratégicos de diagnóstico e planeamento, tais como o Pré-Diagnóstico Social, a Grelha de Critérios Para Emissão de Pareceres, o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social, com o objectivo de retratar com maior exactidão a realidade social do Concelho, definir prioridades de intervenção, que deverão ser pensadas de forma global e concertada entre os parceiros, procurando-se uma mobilização local e uma conseqüente rentabilização e optimização de recursos e potencialidades.

No que ao Plano de Desenvolvimento Social diz respeito, importa referir que o primeiro documento deste género foi elaborado em 2002 e objecto de reformulação em 2004, sendo que o período de vigência do mesmo era de 2002 a 2005, pelo que se impõe a elaboração de um novo instrumento de planeamento da intervenção local.

## ***2. Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal: Tábua no Contexto Nacional***

Em 2005, no âmbito do Programa Rede Social, o Instituto de Segurança Social, IP, elaborou e editou um estudo denominado: “Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental”, com o objectivo de retratar a diversidade do território nacional, no que diz respeito às diferentes formas de manifestação de situações de pobreza e exclusão social. Embora conscientes dos constrangimentos e potencialidades deste estudo, o mesmo continua a servir de base a algumas candidaturas lançadas a nível nacional, daí se ter considerado pertinente enquadrar o Concelho de Tábua neste contexto.

Assim, foram definidos seis grandes tipos de territórios:

**Tipo 1 – Territórios moderadamente inclusivos;**

**Tipo 2 – Territórios de contrastes e base turística;**

**Tipo 3 – Territórios ameaçadores e atractivos;**

**Tipo 4 – Territórios envelhecidos e desertificados;**

**Tipo 5 – Territórios industriais com forte desqualificação;**

**Tipo 6 – Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos;**

O Concelho de **Tábua**, à semelhança de outros 67 concelhos, enquadra-se no tipo 6 – **Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos**, constituindo este o segundo tipo mais expressivo a nível nacional (24,5%), embora traduza 7,8% da população total abrangida. São concelhos que se distribuem pelo interior do País, com maior representatividade no Norte e Alentejo.

São sobretudo concelhos com *tipologia rural urbano*, caracterizados por “*traços de ruralidade, em que a população vive em centros com menos de 5000 habitantes, é envelhecida, o peso da agricultura na estrutura de emprego é ainda relevante, as qualificações da população são deficientes e a infra estruturação ao nível das telecomunicações deficiente.*”<sup>1</sup>

**Tábua**, Carregal do Sal, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Salvaterra de Magos, Sardoal, Sátão e Vouzela, apresentam uma dinâmica algo diferenciada porque embora apresentem características de ruralidade, nomeadamente ao nível do saneamento básico deficiente, concentração em centros urbanos com menos de 5000 habitantes, entre outros, o sector industrial assume relevância ao nível do emprego.

---

<sup>1</sup> Instituto de Segurança Social IP (2005), Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental

Como a própria terminologia o indica, os territórios envelhecidos e economicamente deprimidos, são caracterizados por elevados índices de envelhecimento, muitas vezes por situações de desertificação, economicamente com pouco dinamismo e com fracas competências escolares e qualificações.

No que concerne as estruturas familiares, estes territórios, a nível geral, apresentam valores algo elevados de idosos a viver em famílias de uma pessoa (21,5%), assim como de famílias de avós com netos, porém com menor expressão (0,38%). De referir que, entre outros, o concelho de Tábua contraria esta tendência, com valores abaixo das médias nacionais: idosos em famílias de uma pessoa – 18,1% e avós com netos – 0,27%.

A baixa taxa de criminalidade constitui um dos indicadores positivos destes territórios.

O diminuído número de estrangeiros constitui um aspecto facilitador da inclusão, uma vez que esta população tende a colocar questões do ponto de vista da integração.

As elevadas taxas de analfabetismo, os valores preocupantes de abandono escolar precoce e a elevada taxa de desemprego constituem indicadores que permitem comprovar que estes territórios apresentam uma *desqualificação objectiva*.

É também nos territórios envelhecidos e economicamente deprimidos que se registam os valores mais reduzidos de IRS *per capita*, maior número de beneficiários de RSI e valores anuais médios de pensões mais reduzidos.

Em síntese, este tipo de território apresenta-se empobrecido e desqualificado, com indicadores preocupantes de desemprego, analfabetismo, baixos rendimentos, elevado número de beneficiários do RSI, insuficiência de recursos, originando muitas vezes na população situações de privação. Salientam-se como aspectos positivos a criminalidade reduzida, a pequena percentagem de estrangeiros e o papel dos avós que assumem a educação dos netos.

### **3. Plano de Desenvolvimento Social (PDS) – Abordagem Conceptual**

O Decreto-lei 115/2006, de 14 de Junho, no seu artigo 36º, ponto 1, define o Plano de Desenvolvimento Social como “um plano estratégico que se estrutura a partir dos objectivos do PNAI e que determina eixos, estratégias e objectivos de intervenção, baseado nas prioridades definidas no DS<sup>2</sup>”.

O Plano de Desenvolvimento Social constitui um instrumento de definição conjunta e partilhada, cujo objectivo principal é a promoção do desenvolvimento Social Local. Deve incluir duas vertentes: a da redução e/ou minimização dos problemas identificados e a preventiva.

O Plano de Desenvolvimento Social deve retratar uma situação social desejável, mas realista, sendo conveniente desde logo definir e programar as várias etapas e estratégias a desenvolver, assim como as entidades responsáveis. Igualmente importante é pensar o planeamento de modo integrado, isto é, tendo em consideração todas as dimensões dos problemas e as suas soluções. Não devemos pensar os problemas de forma isolada, mas no seu conjunto, nas suas vertentes social, económica, familiar, saúde, entre outras.

Com o Plano de Desenvolvimento Social, passamos do nível de diagnóstico, conhecimento da realidade concelhia para o nível de decisão, em que terão que ser efectuadas opções, tendo em consideração as prioridades definidas no diagnóstico.

Este documento deverá possuir alguns aspectos inovadores, geradores de recursos, o que poderá não implicar necessariamente a construção de equipamentos. Por vezes poder-se-á reinventar respostas, aproveitar estruturas e dinâmicas já existentes, assim como boas práticas já validadas no terreno.

Outro aspecto importante na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Social é a articulação com outros planos, de carácter nacional, regional e local, nomeadamente com o Plano Nacional de Acção Para a Inclusão (PNAI). Este item será objecto de análise no próximo ponto.

---

<sup>2</sup> Diagnóstico Social

## **4. Convergência dos Planos Nacionais com o PDS**

O Decreto-lei 115/2006, de 14 de Junho estipula que: “Para fazer face a estes fenómenos e problemas que atingem transversalmente a sociedade portuguesa, é fundamental que no planeamento social de carácter local, assim como na rentabilização dos recursos concelhios, estejam sempre presentes as medidas e acções definidas nos diferentes documentos de planeamento, tais como o Plano Nacional para a Acção, Crescimento e Emprego (PNACE), o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), o Plano Nacional de Emprego (PNE), o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano Tecnológico (PT), o Plano Nacional de Saúde (PNS), com especial enfoque na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, o Plano para a Acção e Integração para Pessoas com Deficiência e Incapacidades (PAIPDI), o Plano Nacional para a Igualdade (PNI), o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (PNCVD) e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.” Neste domínio, é concedida especial atenção, nos artigos 41º e 42º, à articulação com o PNAI e com o PNI.

Conscientes da importância da articulação do PDS com outros planos, de âmbito nacional, regional, local e também com os programas operacionais objecto de financiamento pela União Europeia, considerámos pertinente efectuar uma breve síntese dos diferentes planos supracitados.

### **1. Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013**

**1.1. Desígnio Estratégico:** “a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.”<sup>3</sup>

#### **1.2. Prioridades Estratégicas**

- Qualificação dos Portugueses
- Crescimento Sustentado
- Coesão Social
- Qualificação das Cidades e do Território
- Eficiência da Governação

---

<sup>3</sup> Site do QREN

### **1.3. Programa Operacional Para o Potencial Humano (POPH)**

“...congrega o conjunto das intervenções visando a promoção das qualificações escolares e profissionais dos portugueses e a promoção do emprego e da inclusão social, bem como as condições para a valorização da igualdade de género e da cidadania plena.”<sup>4</sup>

#### **1.3.1. Objectivos Principais**

- Superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa
- Promover o conhecimento científico, a inovação e a modernização do tecido produtivo e da Administração Pública
- Estímulo à criação e à qualidade do emprego
- Promoção da igualdade de oportunidades, distinguindo o desenvolvimento de estratégias integradas e de base territorial para a promoção da inserção social de pessoas vulneráveis a trajectórias de exclusão social.

#### **1.3.2. Vertentes de Intervenção**

- Qualificação inicial;
- Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida;
- Gestão e Aperfeiçoamento Profissional;
- Formação Avançada para a Competitividade;
- Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa;
- Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social;
- Promoção da Igualdade de Género.

### **1.4. Programa Operacional Regional do Centro (PORC)**

#### **1.4.1. Prioridades Estratégicas**

1. Formação de Recursos Humanos (ensino técnico, melhoria da qualidade da formação profissional, integração de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, formação especializada de quadros superiores, formação de pessoal qualificado para lidar com problemas económicos e sociais específicos).

2. Reforço da Inovação e da Competitividade (promoção do empreendedorismo, da inovação nas empresas existentes, desenvolvimento de *clusters* com elevado potencial na região, captação de IDE – internacionalização de empresas, promoção das exportações, promoção do ordenamento e a qualificação de áreas de localização empresarial).

---

<sup>4</sup> Quadro de Referência Estratégico Nacional Portugal 2007-2013, Observatório do QCA III, Setembro 2007

3. Valorização do Território (regeneração urbana, qualificação dos centros urbanos, promoção da competitividade das cidades, promoção da constituição de redes, promoção da cooperação intermunicipal (qualificação dos espaços sub-regionais nas zonas de baixa densidade, protecção das zonas ambientalmente sensíveis, valorização de recursos específicos da região, mobilidade intra e inter-regional).

4. Cooperação Territorial (promover a internacionalização, acrescentar valor a outras acções de política pública

### **Eixos Prioritários**

1. Competitividade, Inovação e Conhecimento
2. Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos
3. Consolidação e Qualificação dos Espaços Urbanos Sub-Regionais
4. Protecção e Valorização Ambiental
5. Governação e Capacitação Institucional

## **2. Plano Nacional de Acção Para a Inclusão (PNAI) 2008-2010**

No PNAI 2008-2010, são identificados seis desafios/riscos que afectam a inclusão em Portugal:

- I. Pobreza infantil e dos idosos;
- II. Insucesso escolar e abandono escolar precoce;
- III. Baixos níveis de qualificação;
- IV. Participação diminuta em acções de aprendizagem ao longo da vida;
- V. Info-exclusão
- VI. Desigualdades e discriminação no acesso a Direitos por parte de grupos específicos.

Neste contexto, foram definidas **prioridades para 2008-2010**, que servirão de base à elaboração do presente Plano de Desenvolvimento Social. São elas:

**Prioridade 1 – Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;**

**Prioridade 2 – Corrigir as desvantagens na educação e formação/ qualificação;**

**Prioridade 3 – Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente: pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas.**

### **3. Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género 2007-2010**

Este plano tem como principal linha orientadora, o aprofundamento da integração da perspectiva de género em todos os domínios da actividade política e da realidade social.

Integra as seguintes áreas estratégicas de intervenção:

**I – Perspectiva de género em todos os domínios de política enquanto requisito de boa governação**

**II – Perspectiva de género em domínios prioritários de política**, prevendo a adopção de medidas e acções destinadas a combater as desigualdades de género e a promoção da igualdade entre mulheres e homens, nos vários domínios de política, considerados prioritários.

**III – Cidadania e Género**, tem como principal objectivo promover uma participação activa, responsável e paritária, alicerçada numa cultura de responsabilidade que valorize a acção colectiva, como factor de crescimento pessoal e como mecanismo de inversão de trajectórias de exclusão social.

**IV – Violência de Género**, que tem como objectivo actualizar os conhecimentos já existentes sobre esta realidade e implementar novos modelos e metodologias na abordagem à violência de género, encorajando o desenvolvimento de medidas específicas que colmatem as necessidades de prevenção da violência, de protecção e de assistência às suas vítimas, promovendo a igualdade, evitando a revitimização e desenvolvendo programas de controlo de agressores.

**V – Perspectiva de Género no Plano Internacional e na Cooperação para o Desenvolvimento**, visando garantir nesta área uma integração sustentada da dimensão da igualdade de género.

**VI – Acompanhamento e Avaliação**, visando a monitorização de todas as medidas intrínsecas a cada uma das áreas, essencial para o reajustamento e avaliação do impacto do Plano.

### **4. Plano Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (2005-2008)**

**Principal objectivo:** Colocar Portugal no centro do processo de desenvolvimento à escala da União Europeia e à escala global, promovendo o crescimento e o emprego através da melhoria da qualificação das pessoas, das empresas, das instituições, dos territórios, do desenvolvimento científico e do reforço da atractividade, da coesão social e da qualidade ambiental.

#### **4.1. Plano Nacional de Emprego 2005-2008**

Inserido no PNACE, o PNE visa enfrentar, de modo integrado e coerente com as políticas macro e micro económicas, quer as dificuldades conjunturais do país, quer os constrangimentos de natureza estrutural que restringem o desenvolvimento do sistema de emprego.

Deste modo, são cinco os desafios fundamentais deste plano:

1. Promover a criação de emprego, prevenir e combater o desemprego
2. Gerir de forma preventiva e precoce os processos de reestruturação e deslocalização empresarial
3. Promover a flexibilidade com segurança no emprego
4. Reforçar a educação e qualificação da população portuguesa
5. Modernizar o sistema de protecção social.

#### **5. Plano Tecnológico**

O Plano Tecnológico encontra-se estruturado em três eixos principais:

**1. Conhecimento – Qualificar os portugueses para a sociedade do conhecimento**, fomentando medidas estruturais vocacionadas para elevar os níveis educativos médios da população, criando um sistema abrangente e diversificado de aprendizagem ao longo da vida e mobilizando os portugueses para a Sociedade de Informação.

**2. Tecnologia – Vencer o atraso científico e tecnológico**, apostando no reforço das competências científicas e tecnológicas nacionais, públicas e privadas, reconhecendo o papel das empresas na criação de emprego qualificado e nas actividades de investigação e desenvolvimento (I&D).

**3. Inovação – Imprimir um novo impulso à inovação**, facilitando a adaptação do tecido produtivo aos desafios impostos pela globalização através da difusão, adaptação e uso de novos processos, formas de organização, serviços e produtos.

#### **6. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)**

O PNOT constitui um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica, que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados Membros para a organização do território da União Europeia.

**Objectivos estratégicos:**

1. Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos.
2. Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.
3. Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.
4. Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.
5. Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública.
6. Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.

**7. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável**

“Retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social.”

**Objectivos:**

1. Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento” (Acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico como base para a inovação e a qualificação; melhorar as qualificações e criar as competências adequadas para um novo modelo de desenvolvimento).
2. Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética.
3. Melhor Ambiente e Valorização do Património.
4. Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social.
5. Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território.
6. Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional.
7. Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada.

## **8. Plano Nacional de Saúde 2004-2010**

O Plano Nacional de Saúde 2004 – 2010 define orientações estratégicas com a finalidade de sustentar, política, técnica e financeiramente, uma vontade nacional, dando-lhe um cunho integrador e facilitador na coordenação e inter colaboração dos múltiplos sectores que contribuem para a saúde.

### **Objectivos estratégicos:**

- Obter ganhos em saúde, aumentando o nível de saúde nas diferentes fases do ciclo de vida e reduzindo o peso da doença;
- Utilizar os instrumentos necessários, num contexto organizacional adequado, nomeadamente centrando a mudança no cidadão, capacitando o sistema de saúde para a inovação e reorientando o sistema prestador de cuidados;
- Garantir os mecanismos adequados para a efectivação do Plano, através de uma cativação de recursos adequada, promovendo o diálogo intersectorial, adequando o quadro de referência legal e criando mecanismos de acompanhamento e actualização do Plano.

## **9. I Plano para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidades**

O PAIPDI define um conjunto de medidas de actuação dos vários departamentos governamentais, bem como metas a alcançar no período compreendido entre 2006/2009 com vista a criar uma sociedade que garanta a participação efectiva das pessoas com deficiência.

### **Eixos de Intervenção:**

Eixo 1 Acessibilidades e Informação

Eixo 2 Educação, qualificação e promoção da inclusão laboral

Eixo 3 Habilitar e assegurar condições de vida dignas

Eixo 4 Investigação e conhecimento

### **Objectivos:**

- 1 Promoção dos direitos humanos e do exercício da cidadania
- 2 Integração das questões da deficiência e da incapacidade nas políticas sectoriais;
- 3 Acessibilidade a serviços, equipamentos e produtos;
- 4 Qualificação, formação e emprego das pessoas com deficiências ou incapacidade;
- 5 Qualificação dos recursos humanos/formação dos profissionais e conhecimento estratégico.

### **10. III Plano Nacional contra a Violência Doméstica 2007-2010**

O III Plano Nacional contra a Violência Doméstica tem como objecto primordial de intervenção o combate à violência exercida directamente sobre as mulheres, no contexto das relações de intimidade, sejam elas conjugais ou equiparadas, presentes ou passadas. Abrange ainda a violência exercida indirectamente sobre as crianças que são testemunhas das situações de violência inter parental, naquilo a que se designa por violência vicariante.

#### **Áreas Estratégicas de Intervenção:**

- Informar, Sensibilizar e Educar
- Proteger as Vítimas e Prevenir a Revitimação
- Capacitar e Reinsere as Vítimas de Violência Doméstica
- Qualificar os Profissionais
- Aprofundar o conhecimento do fenómeno da Violência Doméstica

## **5. Balanço da Execução do Plano de Desenvolvimento Social 2002-2005**

A estrutura organizativa do anterior PDS partiu dos problemas prioritários elencados no Diagnóstico Social, sendo que para cada um deles foram definidas *Finalidades/Impactos; Objectivos Gerais/ Estratégicos; Objectivos Específicos; Entidades Promotoras; Resultados e Avaliação.*

Os problemas prioritários eram os seguintes (alguns dos quais se mantêm na realidade actual):

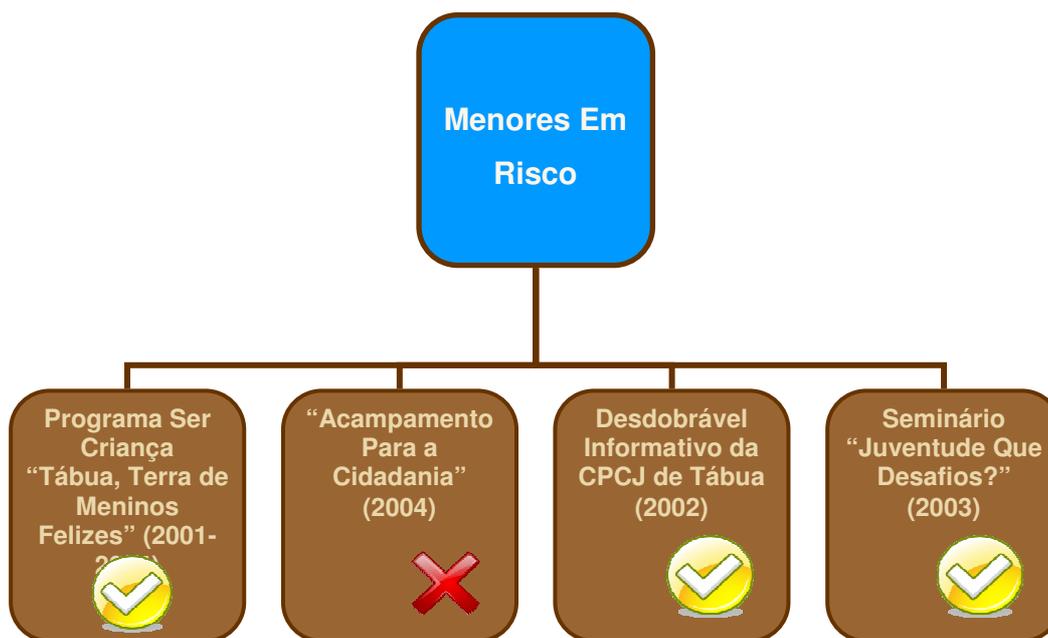
- Habitação degradada e falta de infra-estruturas habitacionais;
- Menores em risco;
- Emprego precário;
- Insuficientes equipamentos/ formação no apoio à 1ª infância;
- Abandono escolar precoce;
- Envelhecimento da população/idosos dependentes;
- Doentes dependentes;
- Falta de participação dos parceiros/ falta de motivação;
- Falta de visibilidade/ Falta de recursos humanos;
- Mulheres em situação de marginalização social/ mães solteiras
- Famílias desestruturadas e exclusão.

Deste modo, em primeira instância será efectuada uma breve avaliação do grau de execução do PDS, por área prioritária e à posteriori uma análise mais global.

Na área da **habitação**, constata-se que não houve lugar a uma intervenção de fundo, os apoios existentes são pontuais e muitas vezes insuficientes para o estado de degradação das habitações, colocando-se ainda questões no que concerne o regime de propriedade das mesmas. Os “outros apoios” do Rendimento Social de Inserção, o Projecto Tábua Progride em Rede e um empréstimo sem juros pelo programa SOLARH, são alguns dos projectos/ medidas que até ao momento têm vindo a colmatar alguns dos problemas habitacionais. Face ao exposto, considera-se que o problema prioritário se mantém.



Ao nível da problemática das **crianças/jovens**, verificamos que das acções propostas em PDS, na sua maioria foram executadas (75%), porém, pela complexidade da mesma e multiplicidade de problemáticas associadas, mantém se como uma área a necessitar de intervenção social, devendo-se apostar igualmente na prevenção.

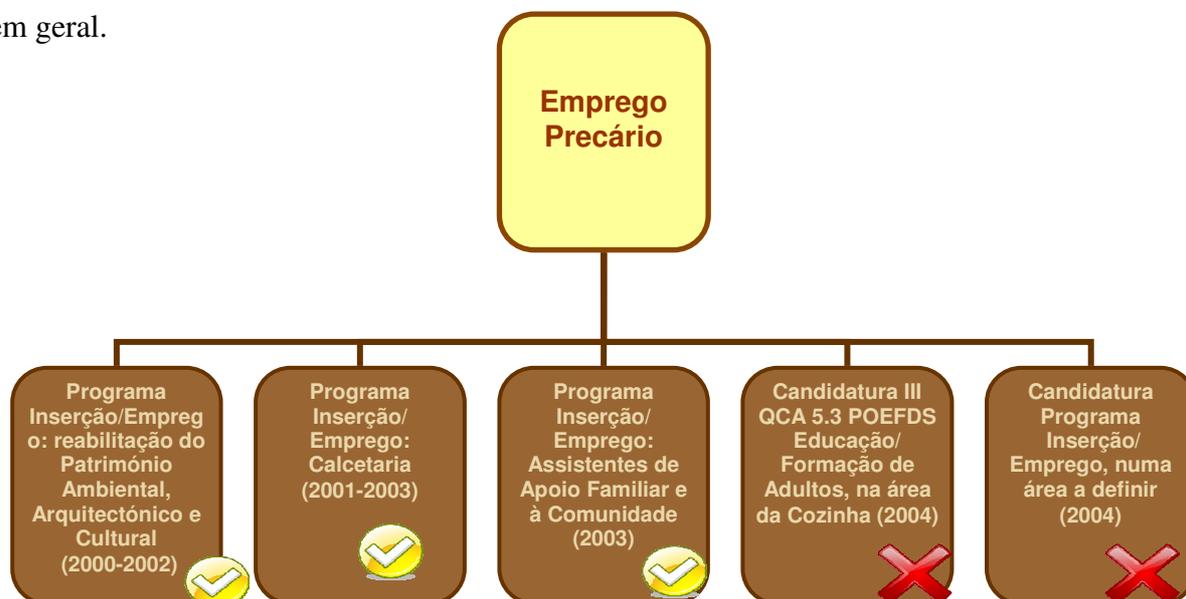


Legenda:  Acção prevista no PDS e Executada

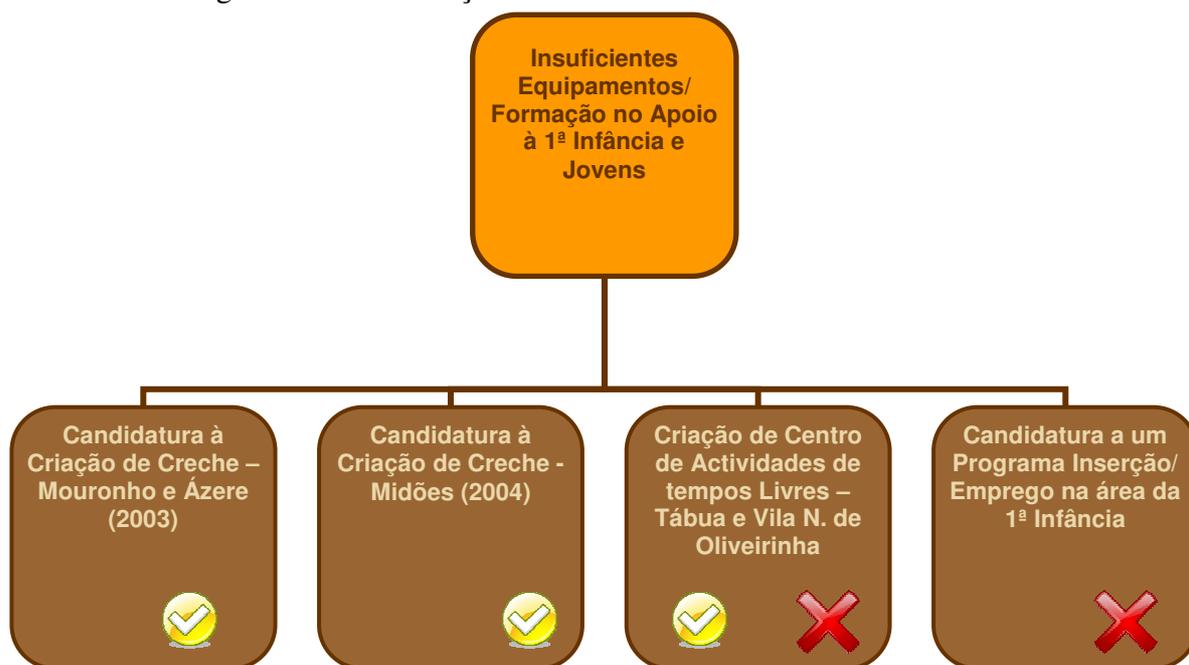


Acção Não Executada

Também no âmbito do problema prioritário “**emprego precário**” se constata que apesar terem sido executadas três das cinco grandes acções previstas em PDS, esta questão se mantém pertinente e actual. Continua a existir uma percentagem significativa de desemprego de longa duração (31%), associado à baixa escolaridade e qualificação dos desempregados e da população em geral.



Foram criados dois equipamentos de Creche nas freguesias de Midões e Mouronho, assim como um ATL na freguesia de Tábua. As questões que se colocam prendem-se com a necessidade de uma carrinha de transporte de crianças, para as valências de Creche. Por outro lado, com o prolongamento de horário nas escolas, equaciona-se igualmente o futuro dos ATL's, que têm vindo a registar uma diminuição no número de utentes.



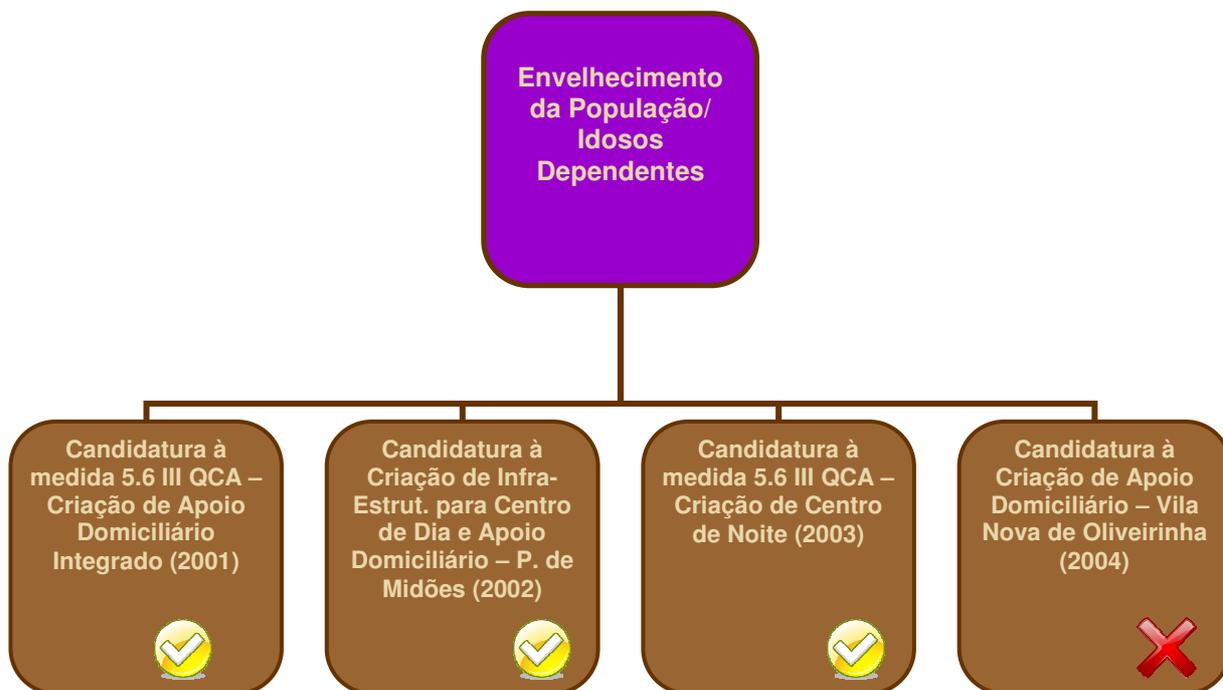
Legenda: Acção prevista no PDS e Executada

Acção Não Executada

Verifica-se que apenas foi concretizada uma das acções propostas em PDS. Não obstante, face à realidade actual e às medidas de combate ao abandono e insucesso escolar promovidas a nível central, foi considerado que esta não constitui uma problemática do Concelho.



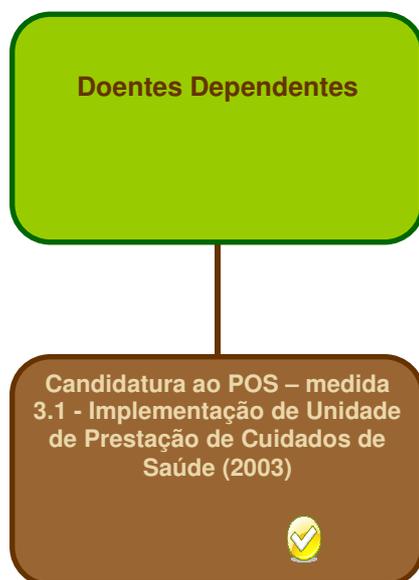
Neste domínio houve um grau de concretização de 75%, que será ainda superior se considerarmos que, entretanto a candidatura à criação de apoio domiciliário em Vila Nova de Oliveirinha avançou. Será de priorizar a rentabilização dos equipamentos existentes e, face à lista de espera para a valência Lar de Idosos, promover a criação de um equipamento desta natureza.



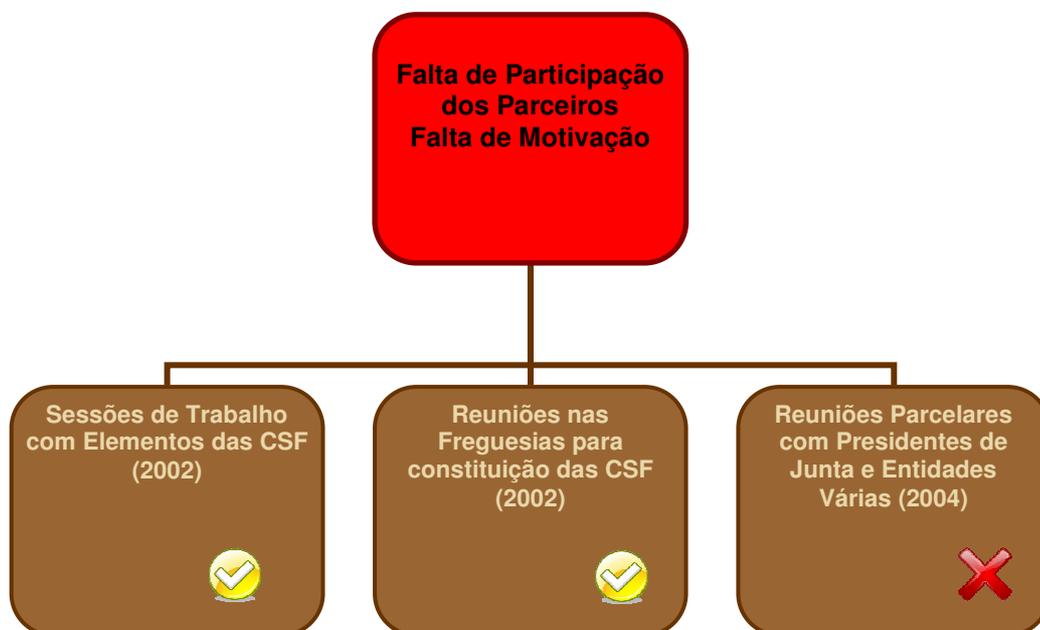
Legenda: Acção prevista no PDS e Executada

Acção Não Executada

A candidatura à Unidade de Cuidados Continuados foi efectuada, aprovada, concretizado o projecto, sendo que actualmente existe no Concelho uma Unidade de Cuidados Continuados, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Tábua, pelo que o objectivo foi concretizado a 100%.



Neste domínio considerou-se importante a dinamização das Comissões de Freguesia, no sentido de promover a participação e incrementar os níveis de motivação dos Parceiros. Apesar de terem sido dinamizadas as sessões de trabalho e as reuniões supracitadas e, posteriormente ter sido levado a cabo um trabalho mais sistemático pela equipa técnica do Projecto “Tábua Progrida em Rede”, tais intervenções revelaram-se infrutíferas.

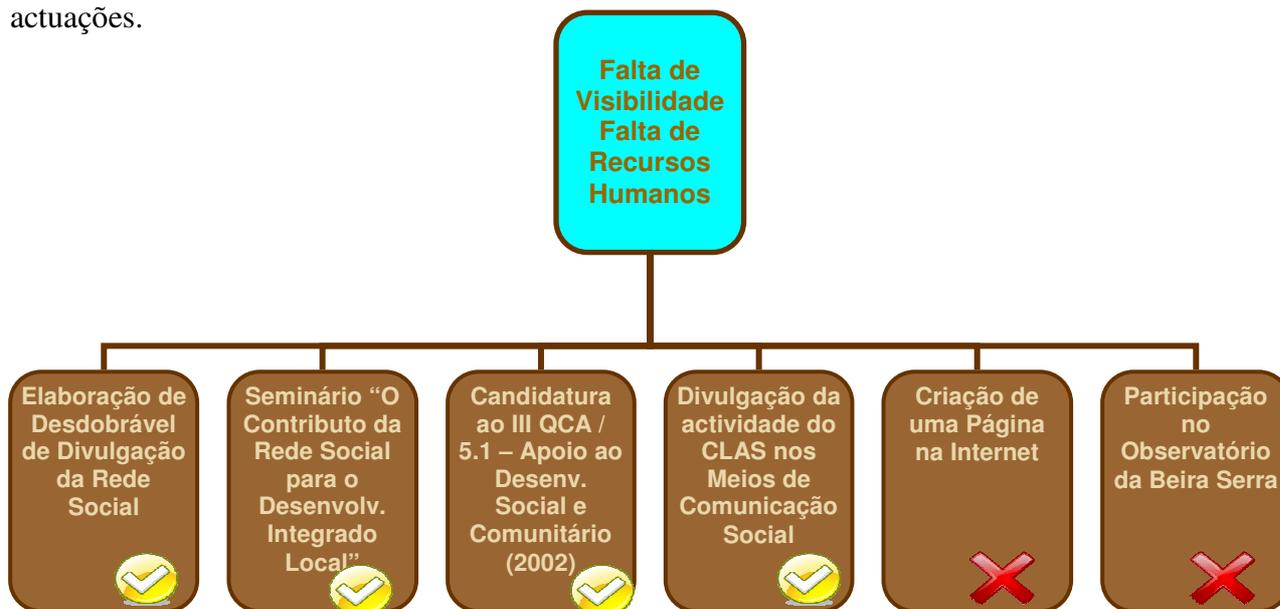


Legenda:  Acção prevista no PDS e Executada

 Acção Não Executada

A divulgação do trabalho da Rede Social de Tábua a que nos propusemos foi desenvolvida, inclusive a integração no site do Município de Tábua de uma área destinada à Rede. Ainda assim, constata-se da necessidade de dar continuidade a este trabalho de informação e sensibilização, nomeadamente junto da comunidade, do trabalho desenvolvido neste âmbito.

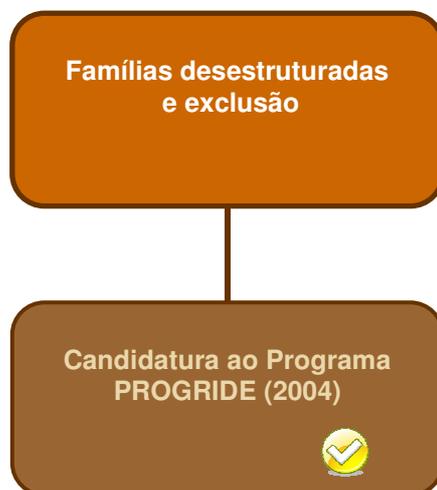
No que concerne a falta de recursos humanos, esta problemática, actualmente, já não se coloca tendo havido lugar a um reforço técnico significativo no Concelho. Importa agora promover uma contínua articulação entre técnicos, evitando deste modo sobreposição de actuações.



O grau de concretização das acções previstas nesta área foi de 25%. Constata-se que esta problemática se mantém actual, essencialmente ao nível da violência doméstica, pelo que será de dar continuidade à intervenção nesta área.



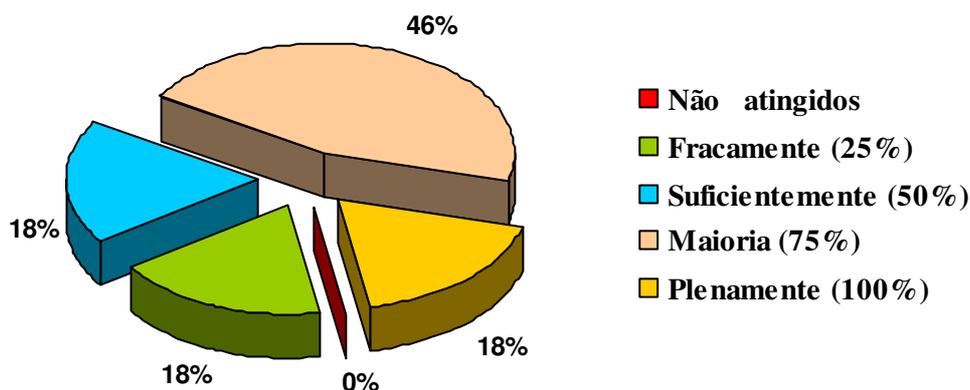
Este objectivo foi alcançado de forma plena, foi efectuada a candidatura e aprovado o Projecto “Tábua Progride em Rede”, inicialmente por um período de quatro anos, com terminus em Agosto de 2009, tendo sido prorrogado por mais doze meses, até Agosto de 2010.



**Legenda:**  Acção prevista no PDS e Executada  Acção Não Executada

Em síntese e pela análise dos gráfico abaixo descrito podemos concluir que o Plano de Desenvolvimento Social traçado para o período 2002-2005 se pautou pelo sucesso, nomeadamente se tivermos em consideração que mais de 80% dos objectivos definidos foram concretizados na sua plenitude (18%), na sua maioria (46%) ou de forma suficiente/satisfatória (18%).

**Gráfico 1 - Concretização dos objectivos do PDS**



## **6. Do Diagnóstico Social 2010 ao PDS – Definição de problemas prioritários**

Decorrente da elaboração do diagnóstico social 2010 e da análise por áreas temáticas, em sede de Núcleo Executivo, foram elencadas algumas ideias chave que, à posteriori, resultaram num conjunto de problemas prioritários, que servirão de base à elaboração do Plano de Desenvolvimento Social.

### **6.1. Problemas principais elencados por área temática**

#### **▪ Indicadores Demográficos**

Diminuição da população residente – 1991 – 13.101 hab. / 2001 – 12602 hab.

Decréscimo da taxa de natalidade – 1992 – 10,3 ‰ / 2007 – 7,5‰ / 2008 – 9,4‰

Acréscimo da taxa de mortalidade – 1992 – 13,4 ‰ / 2007 – 15,8‰ / 2008 – 13,5‰

Crescimento populacional negativo – 2001 – -0,23% / 2007 – -0,58%

Diminuição da taxa de fecundidade – 2002 – 48,3‰ / 2007 – 32,6 ‰

#### **Aumento da longevidade/ Esperança média de vida:**

Elevado índice de envelhecimento – 2001 – 153,8

Considerável índice de dependência de idosos – 2001 – 38,7% / 2007 – 35,8%

Baixo nível de instrução – 2001 – 13% analf. / 47,5% 1º Ciclo

População com algum tipo de deficiência – 2001 – 6,87%

#### **▪ Habitação**

Política social de habitação deficitária

Elevado número de habitações degradadas – 2004 – 81 alojamentos degradados

Infra-estruturas básicas deficitárias:

1991–256 aloj. s/ inst. eléctricas; 841 s/ inst. sanitárias; 1290 S/ banho ou duche

2001 - 73 aloj. s/ inst. eléctricas; 310 s/ inst. sanitárias; 543 S/ banho ou duche

Saneamento Básico insuficiente e ineficaz – 2006 – 45% da população servida

Inexistência de um espaço verde de “excelência” Concelhio

▪ **Educação**

Baixo nível de escolaridade da população – Tx. analf. 1991 - 15,8%/ 2001 – 13%

1º CEB 2001 – 47,5%

Diminuição da população do Pré-escolar ao 3º CEB – 2005/2006 – 1894 alunos

2008/2009 – 1706 alunos

Subaproveitamento Escolas do Concelho – 2008/2009 – Tx de ocupação média – 59%

Elevada percentagem de alunos subsidiados – 2008/2009 – 1º CEB – 77,2%

2º CEB – 32,5%; 3º CEB – 62,1%

Elevada taxa de retenção/desistência – 2006/2007 – 1º CEB – 9,2%; 2º CEB – 6,1%

3º CEB – 28,8%

Reduzidos recursos humanos especializados no âmbito da Educação Especial

Baixas expectativas dos alunos

Desvalorização da família relativamente à Escola

▪ **Saúde**

Incidência de doenças cardiovasculares – 2008 – 17%

Percentagem relevante de obesidade/excesso de peso – 2008 – 6%

Percentagem significativa de doenças do foro mental/ psicológico – 2008 – 10,50%

Incidência de situações de alcoolismo – 2008 – 2,60% (329 indivíduos)

▪ **Emprego e Formação Profissional**

Incidência desemprego de longa duração – 2000 – 45% / 2008 - 31%

Baixa escolaridade/ qualificação dos desempregados – 2000 – 13% n/ sabe ler/escr.; 42,5%

- 1º CEB / 2008 - 9% n/ sabe ler/escr. ; 40% - 1º CEB

Insuficiente mão-de-obra (qualificada/semi-qualificada)

Formação Profissional desajustada da realidade

Insuficiente divulgação da formação profissional existente

Insuficiência de incentivos do Município para a fixação de Empresas

Articulação deficitária entre as Empresas e o Instituto de Emprego e Formação Profissional

▪ **Actividades Económicas**

Decréscimo no número de Empresas – 2002 – 1345 / 2007 – 976 empresas

Insuficiência de incentivos ao investimento/produção

Tecido empresarial pouco dinâmico

▪ **Acção Social**

Carência de competências pessoais, sociais e parentais

Incidência de situações de menores em risco/ perigo

Incidência de situações de violência doméstica

Percentagem significativa de casos de deficiência mental – 2001 – 12,8%

Necessidade de transporte adequado para crianças em Creche

Diminuição do nº de utentes em ATL

Ausência de vagas em Lar de Idosos

6.2. Definição de Problemas Prioritários

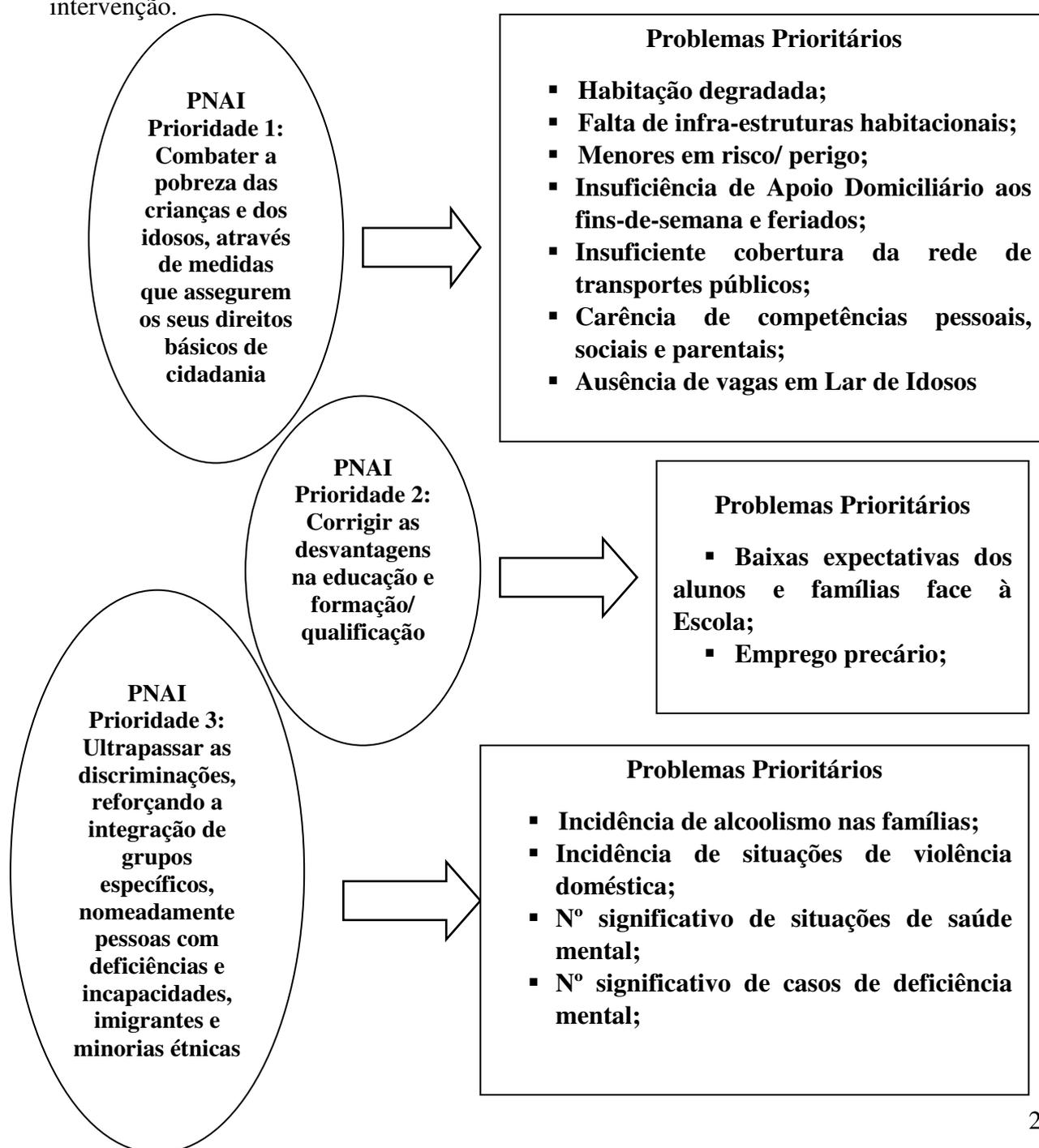
<i>Problemas Prioritários</i>	<i>Muito Importante</i>	<i>Importante</i>	<i>Fácil Resolução</i>	<i>Difícil Resolução</i>
Habitação Degradada	X			X
Falta de Infra-Estruturas Habitacionais	X			X
Menores em Risco/Perigo	X			X
Alcoolismo (incidência nas famílias)	X			X
Insuficiência de Apoio Domiciliário aos fins-de-semana e feriados		X		X
Emprego Precário	X			X
Insuficiente Cobertura da rede de Transportes Públicos		X		X
Incidência de situações de Violência Doméstica	X			X
Carência de competências Pessoais, Sociais e Parentais	X			X
Baixas expectativas dos Alunos e Famílias face à Escola	X			X
Nº Significativo de situações de Saúde Mental	X			X
Nº Significativo de casos de Deficiência Mental	X			X
Ausência de vagas em Lares de Idosos		X	X	

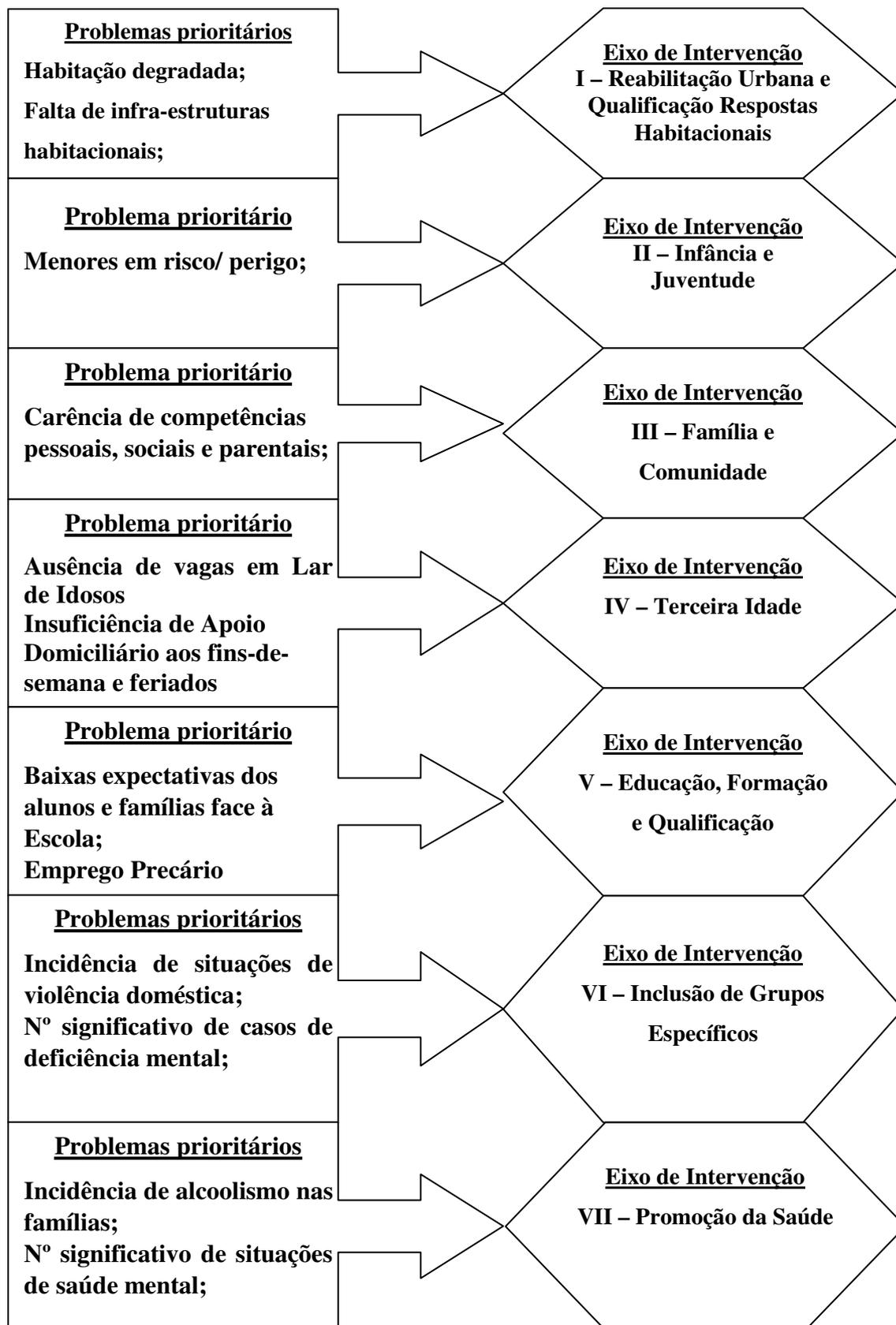
## **7. Plano de Desenvolvimento Social 2010 – 2013**

Após análise em sede de Núcleo Executivo, foi definida a seguinte estrutura do Plano de Desenvolvimento Social:

Prioridades do PNAI; Eixo de Intervenção; Problema Prioritário; Área Temática; Objectivos Gerais/ Estratégicos; Objectivos Específicos; Medida; Actividades; Cronograma (início/ fim); Indicadores de Avaliação; Entidade (s) Responsável (eis); Parceiros; Instrumentos/ Fontes de Financiamento.

Deste modo, em primeira instância, foram enquadrados os problemas prioritários nas grandes prioridades definidas no PNAI 2008-2010 e, à posteriori, definidos os eixos de intervenção.





Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção I – Reabilitação Urbana e Qualificação das Respostas Habitacionais					
	Problema Prioritário: Habitação Degradada / Falta de Infra-estruturas Habitacionais					
	Área Temática: Habitação					
Objectivos Gerais/ Estratégicos	Objectivos Específicos	Medida	Actividades	Cronograma		
				Início	Fim	
<b>Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania</b>	Promover a melhoria das condições de habitabilidade da população	Até 2013, apoio ao arrendamento a 20 agregados familiares.	Apoio Municipal ao Arrendamento Habitacional	- Recepção e análise de candidaturas. - Deferimento/ indeferimento de candidaturas. - Comunicação aos requerentes. - Concessão de apoios.	2010	2013
		Até 2013, diminuição do nº de famílias que vivem em precárias condições habitacionais.	PROMAPHA – Projecto Municipal de Apoio a Pequenas Soluções Habitacionais	- Revisão do Regulamento. - Apreciação e aprovação de candidaturas. - Cedência de materiais.	2011	2013
		Até 2013, identificação e recuperação de 6 habitações degradadas.	“Habitação – Intervir Para Qualificar”	- Selecção de situações prioritárias. - Elaboração de informações internas. - Intervenção nas habitações.	2010	2013

(cont.)

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção I – Reabilitação Urbana e Qualificação das Respostas Habitacionais			
	Problema Prioritário: Habitação Degradada / Falta de Infra-estruturas Habitacionais			
	Área Temática: Habitação			
	Indicadores de Avaliação	Entidade (s) Responsável (eis)	Parceiros	Instrumentos/ Fontes de Financiamento
<b>Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania</b>	Nº de candidaturas entradas. Nº de agregados beneficiados. Nº de habitações intervencionadas.	Município de Tábua	Juntas de Freguesia	Orçamento municipal

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção II – Infância e Juventude					
	Problema Prioritário: Menores em Risco/ Perigo					
	Área Temática: Crianças e Jovens					
Objectivos Gerais/ Estratégicos	Objectivos Específicos	Medida	Actividades	Cronograma		
				Início	Fim	
<b>Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania</b>	Reforçar a protecção das crianças e jovens em risco/ perigo	Até 2013, criação de um espaço polivalente destinado a crianças e jovens, para realização de actividades de animação, catequese, escuteiros, aulas de música e português, entre outras.  Até 2011, divulgação do funcionamento e actividade da CPCJ de Tábua e dos Direitos das Crianças.	PRODER – 3.2.2. “Serviços Básicos para a População Rural”	- Abertura de concurso p/ construção. - Selecção da empresa construtora. - Início dos trabalhos preparatórios. - Acompanhamento das obras. - Conclusão da construção do edifício. - Dinamização do edifício.	2010	2011
				- Elaboração de desdobráveis - Distribuição do material de divulgação pelos alunos e professores das Escolas do Concelho.	2010	2011

(cont.)

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção II – Infância e Juventude			
	Problema Prioritário: Menores em Risco/ Perigo			
	Área Temática: Crianças e Jovens			
	Indicadores de Avaliação	Entidade (s) Responsável (eis)	Parceiros	Instrumentos/ Fontes de Financiamento
<b>Prioridade 1:</b> <b>Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania</b>	Construção do edifício (sim/não). Níveis de adesão/ participação Actividades desenvolvidas.	Centro Social Caeiro da Matta da Paróquia de Midões  Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra (ADIBER)	Município de Tábua Fábrica da Igreja de Midões Agrupamento de Escuteiros de Midões Agrupamento de Escolas de Tábua CPCJ de Tábua Junta de Freguesia de Midões Centro de Saúde de Tábua Bombeiros Voluntários de Tábua e V. N. Oliveirinha Associação Juvenil Tábua XXI	PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural) Auto-financiamento da IPSS
	Elaboração dos desdobráveis (sim/não). Nº de alunos abrangidos. Nº de professores abrangidos.	Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (modalidade alargada)	Município de Tábua Agrupamento de Escolas de Tábua	Verba da CPCJ Orçamento do Município

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção III Família e Comunidade					
	Problema Prioritário: Carência de Competências Pessoais, Sociais e Parentais					
	Área Temática: Família e comunidade					
Objectivos Gerais/ Estratégicos	Objectivos Específicos	Medida	Actividades	Cronograma		
				Início	Fim	
<b>Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania</b>	Aumentar as competências pessoais e sociais das famílias	<p>No final de cada ano, pelo menos 60% das famílias acompanhadas adquiriram competências básicas ao nível da higiene, organização do espaço doméstico, gestão financeira e cuidados parentais.</p> <p>No final de cada ano, pelo menos 10% das famílias acompanhadas autonomizaram-se em termos psicossociais.</p>	CLDS (Contrato Local de Desenvolvimento Social)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reunião com parceiros.</li> <li>- Reunião Núcleo Executivo.</li> <li>- Elaboração de candidatura/ plano de acção.</li> <li>- Emissão de parecer pelo CLAS (CLDS).</li> <li>- Entrega de candidatura às entidades competentes.</li> <li>- Dinamização de actividades: Acompanhamento psicossocial; Acompanhamento psico - pedagógico.</li> </ul>	2010	2013

(cont.)

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção III Família e Comunidade			
	Problema Prioritário: Carência de Competências Pessoais, Sociais e Parentais			
	Área Temática: Família e comunidade			
	Indicadores de Avaliação	Entidade (s) Responsável (eis)	Parceiros	Instrumentos/ Fontes de Financiamento
<b>Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania</b>	<p>Nº de reuniões realizadas.</p> <p>Elaboração de candidatura e plano de acção (sim/não).</p> <p>Aprovação de candidatura (sim/não).</p> <p>% de famílias acompanhadas que adquiriram competências básicas.</p> <p>% de famílias acompanhadas que se autonomizaram em termos psicossociais.</p>	<p>Município de Tábua</p> <p>Santa Casa da Misericórdia de Tábua</p>	* a definir	Instituto de Segurança Social, IP

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção IV – Terceira Idade					
	Problema(s) Prioritário(s): Ausência de vagas em Lar de Idosos/ Insuficiência de Apoio Domiciliário aos fins de semana e feriados					
	Área Temática: População idosa					
Objectivos Gerais/ Estratégicos	Objectivos Específicos	Medida	Actividades	Cronograma		
				Início	Fim	
<b>Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania</b>	Promover a qualidade de vida dos idosos	Até 2013, são criadas 10 vagas em equipamento de Lar de Idosos.	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES)	- Elaboração de candidatura. - Selecção de duas pessoas com perfil para trabalho com idosos. - Formação sobre a resposta social Lar de Idosos.	2011	2013
	Aumentar e reforçar a cobertura das respostas de apoio social	Até 2015, são criadas mais 40 vagas em Lar de Idosos.	Programa Operacional Potencial Humano – POPH – Eixo 6	----- - Licenciamento do projecto de arquitectura - Elaboração de candidatura ao QREN	2009	2011
		Até 2015, Serviço de Apoio Domiciliário sete dias por semana e aumento em 5 vagas.		- Formação na área da terceira idade. - Selecção de nove pessoas com perfil para trabalho com idosos.	2010	2011
				- Formação sobre a resposta social Lar de Idosos.	2012	2013
				----- - Reorganização do Serviço de Apoio Domiciliário	2013	2014

(cont.)

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção IV – Terceira Idade			
	Problema(s) Prioritário(s): Ausência de Vagas em Lar de Idosos/ Insuficiência de Apoio Domiciliário aos fins de semana e feriados			
	Área Temática: População idosa			
	Indicadores de Avaliação	Entidade (s) Responsável (eis)	Parceiros	Instrumentos/ Fontes de Financiamento
<b>Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que asseguem os seus direitos básicos de cidadania</b>	<p>Nº de vagas criadas em Lar de idosos.</p> <p>Nº de utentes que frequentam a valência</p> <p>Nº de pessoas que frequentaram e concluíram a(s) formação(ões).</p> <p>Nº de postos de trabalho criados.</p> <p>Criação pela IPSS do Serviço de Apoio Domiciliário sete dias por semana (sim/não)</p>	<p>Fundação Sarah Beirão/ António Costa Carvalho</p> <p>Casa do Povo de Espariz – Associação Humanitária e Fomento Social</p>	<p>Município de Tábua Centro Distrital de Coimbra – ISS, IP Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil</p> <p>Município de Tábua Centro Distrital de Coimbra – ISS, IP Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil Junta de Freguesia de Espariz</p>	<p>PARES</p> <p>Acordos de Cooperação</p> <p>POPH</p> <p>Auto-financiamento</p> <p>Protocolos públicos e privados</p> <p>Acordos de Cooperação</p>

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção V – Educação, Formação e Qualificação						
	Problema Prioritário: Baixas Expectativas dos Alunos e Famílias face à Escola						
	Área Temática: Alunos e Famílias						
Objectivos Gerais/ Estratégicos	Objectivos Específicos	Medida	Actividades	Cronograma			
				Início	Fim		
<b>Prioridade 2:</b> <b>Corrigir as</b> <b>desvantagens na</b> <b>educação e</b> <b>formação/</b> <b>qualificação</b>	Promover a valorização do ensino nas famílias	Até 2013, atribuição de uma bolsa de estudo a 20 alunos do ensino superior residentes no Concelho.	Bolsas de Estudo	- Divulgação do projecto. - Recepção e análise de candidaturas. - Verificação das condições de admissão. - Selecção de candidatos. - Atribuição de bolsas.	2010	2013	
		Até 2013, implementação e consolidação do Gabinete de Informação e Apoio ao Aluno nos dois Agrupamentos de Escolas.			-----		
		Até ao final de cada ano, pelo menos 50% das crianças e jovens acompanhados ao nível psico-pedagógico, adquiriram competências em termos de hábitos de estudo, autonomia nas tarefas académicas e melhoraram o seu desempenho escolar.	Programa Saúde Escolar	- Reunião com responsáveis das Escolas. - Selecção do local e equipamentos. - Educação para a Saúde. - Esclarecimento de dúvidas. - Encaminhamento para outros técnicos e/ou serviços.	2010	2013	
		No final de cada ano, pelo menos 60% dos alunos acompanhados adquiriram competências pessoais e sociais ao nível da gestão de conflitos.	CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social	- Elaboração e entrega de candidatura. - Acompanhamento psicossocial. - Acompanhamento psico-pedagógico. - Articulação com a rede institucional.	2011	2013	
		No final de cada ano, realização de 9 sessões temáticas com professores.		- Reuniões/ sessões com professores e pais.			
No final de cada ano, dinamização de 7 sessões temáticas com pais.		36	- Dinamização de actividades com a comunidade escolar.				

(cont.)

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção V – Educação, Formação e Qualificação			
	Problema Prioritário: Baixas Expectativas dos Alunos e Famílias face à Escola			
	Área Temática: Alunos e Famílias			
	Indicadores de Avaliação	Entidade (s) Responsável (eis)	Parceiros	Instrumentos/ Fontes de Financiamento
<b>Prioridade 2:</b> <b>Corrigir as</b> <b>desvantagens na</b> <b>educação e</b> <b>formação/</b> <b>qualificação</b>	Nº de candidaturas entradas. Nº de candidatos seleccionados. Nº de bolsas atribuídas. Criação do Gabinete (sim/não). Nº de reuniões planeadas e realizadas. Nº de atendimentos efectuados. Grau de satisfação dos alunos. % de crianças e jovens que adquiriram competências ao nível do seu desempenho escolar. % de alunos que adquiriram competências ao nível da gestão de conflitos. Nº de pais/mães que participaram nas sessões. Nº de professores que participaram nas sessões. Nº de sessões realizadas e avaliação das mesmas.	Município de Tábua     Centro de Saúde de Tábua – Unidade de Cuidados na Comunidade “Pedra da Sé” Agrupamento de Escolas de Tábua   Município de Tábua Santa Casa da Misericórdia de Tábua	Agrupamento de Escolas de Tábua Juntas de Freguesia   Agrupamento de Escolas de Tábua   * a definir	Orçamento municipal          Ministério da Saúde          Instituto de Segurança Social, IP

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção V – Educação, Formação e Qualificação					
	Problema Prioritário: Baixas Expectativas dos Alunos e Famílias face à Escola					
	Área Temática: Alunos e Famílias					
Objectivos Gerais/ Estratégicos	Objectivos Específicos	Medida	Actividades	Cronograma		
				Início	Fim	
<b>Prioridade 2: Corrigir as desvantagens na educação e formação/ qualificação</b>	Promover a valorização do ensino nas famílias	Até 2013, redução no número de alunos que abandonam o ensino regular.	Cursos de Educação e Formação  Cursos Profissionais	- Divulgação dos Cursos junto da comunidade. - Abertura de inscrições. - Matrículas dos alunos. - Acompanhamento dos jovens.	2010	2013

(cont.)

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção V – Educação, Formação e Qualificação			
	Problema Prioritário: Baixas Expectativas dos Alunos e Famílias face à Escola			
	Área Temática: Alunos e Famílias			
	Indicadores de Avaliação	Entidade (s) Responsável (eis)	Parceiros	Instrumentos/ Fontes de Financiamento
<b>Prioridade 2: Corrigir as desvantagens na educação e formação/ qualificação</b>	Nº de cursos criados e respectivas áreas de formação. Nº de alunos que frequentam os cursos. Nº de desistências ocorridas. Grau de satisfação dos jovens. % de alunos que abandonam o ensino regular.	Agrupamento de Escolas de Tábua	Município de Tábua CPCJ de Tábua IPSS's Centro Distrital de Coimbra – ISS, IP	Ministério da Educação

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção V – Educação, Formação e Qualificação					
	Problema Prioritário: Emprego Precário					
	Área Temática: Jovens e Adultos empregados/ desempregados					
	Objectivos Gerais/ Estratégicos	Objectivos Específicos	Medida	Actividades	Cronograma	
					Início	Fim
<b>Prioridade 2: Corrigir as desvantagens na educação e formação/ qualificação</b>	Promover a qualificação profissional e aumentar a empregabilidade.	Até 2011, criação de uma Empresa de Inserção.	Mercado Social de Emprego – “Empresas de Inserção”	- Elaboração de candidatura. - Sessão de divulgação pública - Selecção de pessoas desempregadas há mais de 12 meses e/ou beneficiários do RSI e inscritas no Centro de Emprego. - Formação sobre as Empresas de Inserção.	2011	2013
		Até ao final do projecto, pelo menos 50% dos trabalhadores adquiriram competências pessoais, sociais e profissionais.		-----		
		Até 2012, existência de serviço de apoio a jovens e adultos desempregados, com vista à sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho.	IEFP Gabinetes de Inserção Profissional	- Acompanhamento personalizado dos empregados em fase de inserção/ reinserção profissional. - Captação de ofertas de entidades empregadoras. - Encaminhamento para ofertas de qualificação. - Divulgação de medidas de apoio ao emprego, programa comunitários.		

(cont.)

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção V – Educação, Emprego, Formação e Qualificação			
	Problema Prioritário: Emprego Precário			
	Área Temática: Jovens e Adultos empregados/ desempregados			
	Indicadores de Avaliação	Entidade (s) Responsável (eis)	Parceiros	Instrumentos/ Fontes de Financiamento
Prioridade 2: Corrigir as desvantagens na educação e formação/ qualificação	Criação da Empresa de Inserção (sim/não). Nº de postos de trabalho criados. % de trabalhadores que adquiriram competências.	Casa do Povo de Meda de Mouros	Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil Junta de Freguesia de Meda de Mouros	IEFP Mercado Social de Emprego
	Número de atendimentos efectuados. Tipo de apoio prestado % de indivíduos inseridos ou reinseridos profissionalmente % de indivíduos inseridos em formação.	Município de Tábua Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil	Empresas IPSS's Juntas de Freguesia	IEFP



(cont.)

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção VI – Inclusão de Grupos Específicos			
	Problema Prioritário: Incidência de Situações de Violência Doméstica			
	Área Temática: População vítima de violência doméstica			
	Indicadores de Avaliação	Entidade (s) Responsável (eis)	Parceiros	Instrumentos/ Fontes de Financiamento
<p><b>Prioridade 3:</b>  <b>Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas</b></p>	<p>Construção de instrumentos e materiais de apoio;</p> <p>Nº de postos de trabalho criados;</p> <p>Nº de agressores encaminhados/acompanhados;</p> <p>Nº de adolescentes, adultos e idosos que recorrem ao Gabinete.</p>	<p>GAUDEAMUS – Associação Juvenil</p> <p>Centro de Saúde de Tábua</p>	<p>Centro de Saúde de Tábua</p> <p>* a definir</p>	<p>* a definir</p>

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção VI – Inclusão de Grupos Específicos					
	Problema Prioritário: Incidência de Situações de Violência Doméstica					
	Área Temática: População vítima de violência doméstica					
	Objectivos Gerais/ Estratégicos	Objectivos Específicos	Medida	Actividades	Cronograma	
					Início	Fim
<b>Prioridade 3:</b> <b>Ultrapassar as</b> <b>discriminações,</b> <b>reforçando a</b> <b>integração de</b> <b>grupos específicos,</b> <b>nomeadamente</b> <b>peessoas com</b> <b>deficiências e</b> <b>incapacidades,</b> <b>imigrantes e</b> <b>minorias étnicas</b>	<p>Incrementar a protecção à população vítima de violência doméstica</p> <p>Actuar na área da sensibilização/ prevenção de todas as formas de violência e de promoção da igualdade</p>	<p>Dinamização do Gabinete Para a Vida – Tolerância Zero;</p> <p>Dinamização do Clube de Mães/ Pais/ Encarregados de Educação;</p> <p>Promover o Aconselhamento parental;</p> <p>Divulgação de boas práticas.</p>	<p>POPH – Eixo 7</p>	<p>- Dinamização de sessões de apoio/ educação parental (mensal);</p> <p>- Aconselhamento parental/ familiar;</p> <p>- Realização de actividades lúdico-pedagógicas para pais/ mães e filhos;</p> <p>- Realização de programas de Rádio semanais;</p> <p>- Redacção de artigos para o Jornal (quinzenal);</p> <p>- Realização de workshops e seminários.</p>	<p>2010</p>	<p>2012</p>

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção VI – Inclusão de Grupos Específicos			
	Problema Prioritário: Incidência de Situações de Violência Doméstica			
	Área Temática: População vítima de violência doméstica			
	Indicadores de Avaliação	Entidade (s) Responsável (eis)	Parceiros	Instrumentos/ Fontes de Financiamento
<p><b>Prioridade 3:</b>  <b>Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas</b></p>	<p>Nº de programas de Rádio emitidos;  Nº de artigos de Jornal publicados;  Nº de sessões de sensibilização nos Agrupamentos de Escolas do Concelho;  Nº de famílias que recebem apoio/ aconselhamento parental;  Nº de sessões do Clube de Pais / Mães/  Encarregados de Educação;  Escala de satisfação das pessoas atendidas ou que participaram nas actividades;  Nível de sucesso.</p>	<p>GAUDEAMUS – Associação Juvenil</p> <p>Equipa de Avaliação Externa, constituída por um membro de cada um dos Parceiros (CM Tábua; Centro de Saúde de Tábua; GNR; Agrupamento de Escolas de Tábua)</p>	<p>Câmara Municipal de Tábua  Centro de Saúde de Tábua  GNR de Tábua  Agrupamento de Escolas de Tábua  Associação de Pais da Escola Secundária de Tábua  Rádio Club de Arganil</p>	<p>QREN - POPH</p>

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção VI – Inclusão de Grupos Específicos					
	Problema Prioritário: Incidência de Situações de Violência Doméstica					
	Área Temática: População vítima de violência doméstica					
	Objectivos Gerais/ Estratégicos	Objectivos Específicos	Medida	Actividades	Cronograma	
					Início	Fim
<b>Prioridade 3:</b> <b>Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas</b>	Incrementar a protecção à população vítima de violência doméstica	Dinamização do Gabinete Para a Vida – Espaço Livre: - Atendimento directo a vítimas e familiares; - Grupo de Auto – Ajuda; - Formação em defesa pessoal; - Educação pelos Pares; - Divulgação de boas-práticas	POPH – Eixo 7	- Acompanhamento psicológico e jurídico; - Informações e encaminhamento; - Articulação com as entidades parceiras; - Constituição e mediação do Grupo de Auto-Ajuda; - Formação prática em noções básicas de defesa pessoal; - Acções de (in)formação quinzenais com 3 grupos-turmas do Agrupamento de Escolas de Tábua e Arganil; - Participação e realização de Seminários.	2008	2011

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção VI – Inclusão de Grupos Específicos			
	Problema Prioritário: Incidência de Situações de Violência Doméstica			
	Área Temática: População vítima de violência doméstica			
	Indicadores de Avaliação	Entidade (s) Responsável (eis)	Parceiros	Instrumentos/ Fontes de Financiamento
<p><b>Prioridade 3:</b>  <b>Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas</b></p>	<p>Nº de pessoas encaminhadas e acompanhadas pelo Gabinete;  Nº de mulheres c/s elementos da família em acompanhamento sistemático;  Nº de participantes no Grupo de Auto-Ajuda;  Nº de formandas na formação prática de defesa pessoal;  Nº de grupos de pares educadores formados;  Nº de participantes nos Seminários;  Escala de satisfação das pessoas atendidas ou que participaram nas actividades;  Nível de sucesso.</p>	<p>GAUDEAMUS – Associação Juvenil</p> <p>Equipa de Avaliação Externa, constituída por um membro de cada um dos Parceiros (CM Tábua; Centro de Saúde de Tábua; GNR; Agrupamento de Escolas de Tábua)</p>	<p>Câmara Municipal de Tábua  Centro de Saúde de Tábua  GNR de Tábua  Agrupamento de Escolas de Tábua  Associação de Pais da Escola Secundária de Tábua  Rádio Club de Arganil</p>	<p>QREN - POPH</p>

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção VI – Inclusão de Grupos Específicos					
	Problema Prioritário: N° Significativo de Casos de Deficiência Mental					
	Área Temática: População portadora de deficiência					
	Objectivos Gerais/ Estratégicos	Objectivos Específicos	Medida	Actividades	Cronograma	
Início					Fim	
<b>Prioridade 3:</b> <b>Ultrapassar as</b> <b>discriminações,</b> <b>reforçando a</b> <b>integração de</b> <b>grupos específicos,</b> <b>nomeadamente</b> <b>peessoas com</b> <b>deficiências e</b> <b>incapacidades,</b> <b>imigrantes e</b> <b>minorias étnicas</b>	Proporcionar melhores condições de vida à população portadora de deficiência	Até 2011, efectuado levantamento concelhio da deficiência.	* a definir	- Reuniões do Núcleo Executivo - Reuniões com responsáveis do Centro de Saúde - Elaboração de Ficha de Caracterização - Elaboração do estudo - Apresentação de conclusões -----	2010	2011
		Até 2013, criação de resposta social direccionada à população deficiente		- Elaboração de candidatura - Construção do equipamento - Formação na área da deficiência - Selecção de recursos humanos - Celebração de Acordos de Cooperação	2011	2013

(cont.)

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção VI – Inclusão de Grupos Específicos			
	Problema Prioritário: N° Significativo de Casos de Deficiência Mental			
	Área Temática: População portadora de deficiência			
	Indicadores de Avaliação	Entidade (s) Responsável (eis)	Parceiros	Instrumentos/ Fontes de Financiamento
<b>Prioridade 3:</b> <b>Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas</b>	Elaboração do levantamento (sim/não)	CLAS Núcleo Executivo	Centro de Saúde de Tábua	
	Elaboração de candidatura (sim/não) Aprovação da candidatura (sim/não) Construção/ criação do equipamento (sim/não) N° de formandos que frequentaram e concluíram a formação. N° de postos de trabalho criados N° de vagas criadas N° de utentes que frequentam o equipamento	* a definir	* a definir	* a definir

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção VII – Promoção da Saúde					
	Problema Prioritário: Incidência de Alcoolismo nas Famílias					
	Área Temática: População Alcoólica					
	Objectivos Gerais/ Estratégicos	Objectivos Específicos	Medida	Actividades	Cronograma	
					Início	Fim
<b>Prioridade 3:</b> <b>Ultrapassar as</b> <b>discriminações,</b> <b>reforçando a</b> <b>integração de</b> <b>grupos específicos,</b> <b>nomeadamente</b> <b>peças com</b> <b>deficiências e</b> <b>incapacidades,</b> <b>imigrantes e</b> <b>minorias étnicas</b>	Diminuir/ minimizar o número de situações de alcoolismo no Concelho	Até 2013, criação de um Grupo de Desenvolvimento e Intervenção Terapêutica, direccionado a utentes, beneficiários do RSI, com problemas de alcoolismo.  Até 2013, encaminhamento de utentes, beneficiários de RSI, com problemas de alcoolismo, para acções no âmbito da saúde, nomeadamente programas de desintoxicação alcoólica.	Rendimento Social de Inserção	- Identificação e selecção de utentes com problemas de alcoolismo. - Planeamento dos conteúdos/ temas a abordar - Articulação com os Serviços de Saúde. - Trabalho de acção directa com as famílias (treino de competências). - Realização de sessões com o Grupo.	2010	2013

(cont.)

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção VII – Promoção da Saúde			
	Problema Prioritário: Incidência de Alcoolismo nas Famílias			
	Área Temática: População Alcoólica			
	Indicadores de Avaliação	Entidade (s) Responsável (eis)	Parceiros	Instrumentos/ Fontes de Financiamento
<b>Prioridade 3:</b> <b>Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas</b>	Criação do Grupo de Desenvolvimento e Intervenção Terapêutica (sim/não) Nº de sessões realizadas. Nº de utentes que participaram nas sessões. Avaliação das sessões pelos utentes.	Centro Distrital de Coimbra - ISS, IP – Núcleo Local de Inserção Protocolo de RSI da Santa Casa da Misericórdia de Tábua	Município de Tábua Centro de Saúde de Tábua	Ministério do Trabalho e Solidariedade Social

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção VII – Promoção da Saúde					
	Problema Prioritário: N° Significativo de Situações de Saúde Mental					
	Área Temática: População com doenças do foro mental ou psiquiátrico					
	Objectivos Gerais/ Estratégicos	Objectivos Específicos	Medida	Actividades	Cronograma	
Início					Fim	
<b>Prioridade 3:</b> <b>Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas</b>	Promover a melhoria no acesso da população aos serviços de saúde mental.	Até ao final de 2010, criação e dinamização da consulta de saúde mental na comunidade.	Intervenção na população activa “Determinantes da Saúde”	- Reuniões preparatórias para criação do serviço. - Divulgação dos períodos de atendimento e circuitos de encaminhamento. - Atendimento dos utentes.	2010	2013
	Promover a autonomia, estabilidade emocional e participação social dos utentes com problemáticas do foro mental, com vista à sua integração social, familiar e profissional.	No final de cada ano, pelo menos 60% das pessoas acompanhadas ao nível psicológico, adquiriram competências em termos do controlo da sintomatologia relacionada com problemas de saúde mental.	CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social	----- - Elaboração e entrega de candidatura. - Acompanhamento psicossocial. - Articulação com a rede institucional.	2011	2013
	Aumentar e reforçar a cobertura das respostas de apoio social.	Até 2013, desenvolvimento de um Grupo de Intervenção Terapêutica, com 12 utentes, beneficiários de RSI, com problemas do foro mental	Rendimento Social de Inserção	----- - Identificação e selecção de utentes. - Planeamento dos conteúdos/ temas a abordar - Articulação com os Serviços de Saúde. - Realização de sessões com o Grupo.	2010	2013

(cont.)

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção VII – Promoção da Saúde			
	Problema Prioritário: N° Significativo de Situações de Saúde Mental			
	Área Temática: População com doenças do foro mental ou psiquiátrico			
	Indicadores de Avaliação	Entidade (s) Responsável (eis)	Parceiros	Instrumentos/ Fontes de Financiamento
<b>Prioridade 3:</b> <b>Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas</b>	Criação da consulta de saúde mental na comunidade (sim/não). N° de atendimentos efectuados.	Centro de Saúde de Tábua – URAP (Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados) UCC (Unidade de Cuidados Continuados de Saúde na Comunidade)	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra	Ministério da Saúde
	Elaboração de candidatura (sim/não). Aprovação da candidatura (sim/não). % de pessoas acompanhadas que adquiriram competências ao nível da saúde mental.	Município de Tábua Santa Casa da Misericórdia de Tábua	* a definir	MTSS – Ministério do Trabalho e Solidariedade Social
	Criação do Grupo de Intervenção Terapêutica (sim/não) N° de sessões realizadas. N° de utentes que participaram nas sessões. Avaliação das sessões pelos utentes.	Centro Distrital de Coimbra - ISS, IP – Núcleo Local de Inserção Protocolo de RSI da Santa Casa da Misericórdia de Tábua	Centro de Saúde de Tábua Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra IPSS's	

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção VII – Promoção da Saúde					
	Problema Prioritário: N° Significativo de Situações de Saúde Mental					
	Área Temática: População com doenças do foro mental ou psiquiátrico					
	Objectivos Gerais/ Estratégicos	Objectivos Específicos	Medida	Actividades	Cronograma	
					Início	Fim
<b>Prioridade 3:</b> <b>Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas</b>	Promover a melhoria no acesso da população aos serviços de saúde mental.	Até 2015, criação da resposta social Fórum Sócio – Operacional, com capacidade para 25 utentes.	PRODER – Subprograma 3	Elaboração de protocolo com o Centro de Saúde e o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra.	2011	2011
	Promover a autonomia, estabilidade emocional e participação social dos utentes com problemáticas do foro mental, com vista à sua integração social, familiar e profissional.			Elaboração de candidatura ao PRODER	2012	
				Formação sobre saúde mental	2013	
	Aumentar e reforçar a cobertura das respostas de apoio social.			Seleccção de duas pessoas com perfil para o trabalho na área	2013	

(cont.)

Prioridades PNAI	Eixo de Intervenção VII – Promoção da Saúde			
	Problema Prioritário: N° Significativo de Situações de Saúde Mental			
	Área Temática: População com doenças do foro mental ou psiquiátrico			
	Indicadores de Avaliação	Entidade (s) Responsável (eis)	Parceiros	Instrumentos/ Fontes de Financiamento
<p><b>Prioridade 3:</b>  <b>Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas</b></p>	<p>Elaboração de Protocolo (sim/não)            Elaboração de candidatura (sim/não)            Aprovação da candidatura (sim/não)            N° de formandos que frequentaram e concluíram a formação            N° de postos de trabalho criados            N° de utentes que frequentam a resposta social</p>	<p>Casa do Povo de Espariz            Associação de Desenvolvimento Integrado de Góis e da Beira Serra</p>	<p>Centro Distrital de Coimbra – ISS, IP            Câmara Municipal de Tábua            Centro de Saúde de Tábua            Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra            Junta de Freguesia de Espariz            Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil</p>	<p>PRODER            Auto-financiamento            Protocolos públicos e privados            Acordos de Cooperação</p>

## 8. Avaliação do PDS

A avaliação consiste num instrumento fundamental de melhoria da execução e gestão das intervenções, permitindo desta forma imprimir maior qualidade às mesmas. Através da recolha e sistematização contínua da informação e reflexão crítica, é possível analisar os níveis de cumprimento dos objectivos, introduzir algumas correcções e/ou ajustamentos, favorecendo a consolidação de uma visão de partilha e co-responsabilização.

A avaliação deverá ser a mais objectiva e rigorosa possível, baseada em objectivos bem definidos, consensuais e em indicadores de avaliação, que permitam aferir os aspectos que pretendemos analisar.

Assim, este instrumento encerra em si muitas potencialidades: permite reanalisar situações, aprofundar diagnósticos, reformular objectivos, reorientar linhas de orientação, promove o diálogo e participação dos intervenientes, a melhoria da formação dos técnicos nesta área e, em última análise, consolida os processos de mudança social.

A equipa técnica do Núcleo Executivo do CLAS de Tábua será responsável pelo processo de avaliação do Plano de Desenvolvimento Social, que decorrerá em dois momentos:

- **On-going ou de acompanhamento**, que irá decorrer a par da intervenção e nos permitirá efectuar as correcções necessárias, com vista à melhoria da actuação. Actuar-se-á essencialmente nos níveis da operacionalização e execução e irá traduzir-se na elaboração de um relatório intermédio, em 2012.
- **Ex-post ou sumativa**, que irá ocorrer no final da execução do PDS e que nos irá fornecer informação dos resultados das actividades e seus efeitos. Neste momento será elaborado um relatório final.

## Legislação

- ▣ Resolução do Conselho de Ministros 197/97, de 18 de Novembro – Criação do Programa Rede Social;
- ▣ Decreto-lei 115/2006, de 14 de Junho;
- ▣ Resolução do Conselho de Ministros nº 82/2007, de 22 de Junho – Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género;
- ▣ Lei n.º58/2007, de 4 de Setembro aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
- ▣ Resolução do Conselho de Ministros 109/2007, de 20 de Agosto – Aprovação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015;
- ▣ Resolução do Conselho de Ministros 120/2006, de 21 de Setembro – Aprova o I Plano para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidades;
- ▣ Resolução do Conselho de Ministros 83/2007, de 22 de Junho – Aprova o III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica,

## Bibliografia

- 📖 Tipificação das situações de Exclusão em Portugal Continental, Instituto de Segurança Social, IP, 2005;
- 📖 Plano de Desenvolvimento Social (documento de apoio), Instituto Para o Desenvolvimento Social, 2002;
- 📖 Quadro de Referência Estratégico Nacional Portugal 2007-2013 (QREN), Observatório do QCA III, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Setembro 2007;
- 📖 Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013, Observatório do QREN, Novembro 2008;
- 📖 Estratégia de Lisboa – Portugal de Novo, Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008, Outubro 2005;
- 📖 Plano Nacional de Emprego, Versão Final, Outubro 2005;
- 📖 Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, Programa de Acção, Setembro 2007;
- 📖 Plano Tecnológico, “Uma Estratégia de Crescimento com base no Conhecimento, Tecnologia e Inovação”, 2005;
- 📖 Plano Nacional de Saúde 2004-2010: Mais Saúde para Todos, Direcção Geral de Saúde, 2004;
- 📖 I Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, Setembro 2006;
- 📖 ENDS 2015 – Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, Presidência do Conselho de Ministros, 2007;
- 📖 Plano de Desenvolvimento Social 2002-2005, Rede Social de Tábua;
- 📖 Diagnóstico Social 2010, Rede Social de Tábua;